

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Por Itaipu, governo quer subir tom com Paraguai.....	2
Título: Curtas	4
Título: O valor da Eletrobras	4
Título: Mercado acredita em volta do lucro na Petrobras em 2018	7
Título: BR vai propor distribuir 95% do lucro em dividendos	9
Título: CPFL planeja investir em novas usinas solares	10
Título: Curtas	12
Título: Múltis apoiam criação de novo padrão para barragens	12
Título: Rio Paraopeba continua sem data para voltar a fornecer água em MG	14
Título: Mosaic aprova novas regras para mineração no Brasil	16
Título: União Europeia revê status de biocombustíveis.....	17
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	19
Título: Bolsonaro chama ditador paraguaio de ‘estadista’	19
Título: Presos dizem que diretores da Vale sabiam de risco.....	20
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	23
Título: Bandeira na conta de luz pode ficar mais cara e elevar tarifa em 1,1 ponto percentual	23
Título: Novo diretor de Itaipu quer reduzir custos e aumentar produtividade	25
Título: Petrobras fechará sede em SP e estuda PDV	26
VEÍCULO: O Globo.....	28
Título: Vale: diretores sabiam de riscos, afirmam funcionários	28
Título: Petrobras fará novo plano de demissão voluntária	29
Título: Aneel propõe aumento do valor de taxas extras na conta de luz	31

VEÍCULO:	Correio Braziliense.....	32
	Título: Ponte no Paranoá será opção à Barragem	32

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 27/02/2019

Seção: Brasil

Autor: Andrea Jubé | De Foz do Iguaçu

Título: Por Itaipu, governo quer subir tom com Paraguai

A posse do novo diretor-geral brasileiro de Itaipu Binacional, Joaquim Silva e Luna, ontem na sede da usina em Foz do Iguaçu (PR) - que contou com a presença do presidente Jair Bolsonaro, e do presidente paraguaio, Mario Benítez - ocorre em meio a uma dura negociação pela revisão do custo de energia pago pelos dois países, em que o Brasil sai em desvantagem em relação ao Paraguai há pelo menos uma década.

A nova diretoria brasileira está disposta a subir um tom com o sócio paraguaio na reunião do Conselho de Administração de Itaipu nesta quinta-feira (28), no esforço de se construir um acordo visando à redução dessa diferença. O impasse manteve em aberto o balanço anual de 2018, e inviabilizou o fechamento das faturas de janeiro e fevereiro deste ano.

A meta da nova diretoria é buscar um consenso no dia 28 pelo menos em relação à fatura de janeiro. Para isso, ontem Silva e Luna reuniu-se por mais de uma hora com o diretor-geral paraguaio, José Alberto Alderete. Hoje ele

comanda a primeira reunião preparatória com os integrantes brasileiros do colegiado.

O ex-ministro da Defesa e general de Exército Silva e Luna assume o mandato com um problema de longo prazo - a revisão do Anexo C do tratado de Itaipu de 1973, que trata das questões econômicas e financeiras, programada para 2023. A curto prazo, entretanto, o desafio é construir um acordo com o Paraguai sobre o custo de energia. Em 2018, o Brasil pagou, em média, US\$ 38,72 por MWh, enquanto ao Paraguai esse custo saiu a US\$ 24,60 MWh. O pico da discrepância se deu em julho do ano passado, quando esse valor saiu a US\$ 50,23 MWh para o Brasil, enquanto os vizinhos pagaram US\$ 20,07 MWh.

"Mudanças são necessárias, e nesse contexto, pretendemos nos inteirar de tudo e regular manobras de curto prazo, mas já de olho em 2023", disse Silva e Luna no discurso de posse. Questionado pelos jornalistas sobre as condições da revisão de custos que o Brasil tentará negociar com o Paraguai, ele ressaltou que o acordado será respeitado. "Vamos trabalhar daqui para frente".

Enquanto o Brasil cobra a revisão das tarifas, o Paraguai resiste e sinaliza que não cederá sem um gesto objetivo do sócio em relação à construção de mais duas pontes sobre os rios Paraguai e Paraná.

Ontem Bolsonaro confirmou, em rápida entrevista coletiva, que um dos temas principais levantados pelo presidente paraguaio foi "a questão das pontes", e acrescentou que avançaram na "questão da tarifa" durante o encontro bilateral. O desdobramento da pauta ocorrerá na visita de Estado que Mario Benítez fará ao Brasil no dia 12 de março.

A dúvida é se a informalidade que marcou o encontro dos dois presidentes ajudará na construção da negociação. Bolsonaro dirigiu-se ao chefe de Estado paraguaio como "Marito", enquanto este referiu-se ao brasileiro como "meu apreciado amigo Bolsonaro".

Ambos declararam que as afinidades ideológicas facilitam as negociações. Benítez disse no discurso que a "convergência de ideias, propósitos e aspirações" dos dois governos, "principalmente o marco de condução política", representam oportunidade única para que ambos os países conduzam os acordos relativos aos próximos anos.

"Conjuntamente vamos avançar no projeto de integração física, com a construção de duas pontes", disse Benítez. "Faz 53 anos a última construção de

ponte internacional entre Brasil e Paraguai e vamos vencer isso para aumentar a conexão entre os dois países."

Benítez lembrou que o prazo de negociação relativo à cláusula financeira de Itaipu é "iminente", e por isso é prioritário atualizar consultas, estudos técnicos internos dos dois países para alcançar um resultado que satisfaça as aspirações dos dois países. Ele ressaltou que as negociações serão sustentadas por valores e princípios, e não exclusivamente por interesses.

O presidente paraguaio concluiu afirmando que será necessário que todas as necessidades estejam contempladas em igualdades de condições para o desenvolvimento sustentável dos dois países.

VEÍCULO:	Valor Econômico
Data:	27/02/2019
Seção:	Brasil
Autor:	
Título:	Curtas

Bandeira tarifária

A diretoria da Aneel aprovou abertura de audiência pública com a proposta de aumento dos valores de custos adicionais cobrados com acionamento de bandeiras tarifárias. Se os ajustes forem confirmados, a cobrança adicional com o acionamento da bandeira amarela será elevada de R\$ 1,00 para R\$ 1,50 por cada 100 kilowatts-hora (kWh) consumidos. Para a bandeira vermelha no patamar 1, o valor adicional saíria de R\$ 3,00 para R\$ 3,50 por 100/kWh, e o custo adicional da vermelha no patamar 2 passaria de R\$ 5 para R\$ 6 por 100/kWh.

VEÍCULO:	Valor Econômico
Data:	27/02/2019
Seção:	Opinião
Autor:	Joaquim de Carvalho e Roberto D'Araújo
Título:	O valor da Eletrobras

Demorou, mas finalmente a Eletrobras conseguiu se livrar das distribuidoras de energia elétrica do Norte e do Nordeste, que sempre foram exploradas por políticos, para empregar correligionários e parentes, quando não para coisas piores.

Agora a Eletrobras pode ser altamente rentável, desde que seja isolada da influência dos políticos e submetida a administradores profissionais, reconhecidamente competentes e honestos.

Depois de ter feito isto, o governo celebraria com a empresa contratos de gestão, nos quais, além de metas de eficiência, seriam fixadas as obrigações do governo e da estatal. Evidentemente, por esses contratos, o governo não poderia decidir pela Eletrobras, por exemplo, no sentido de comprar distribuidoras estaduais ou praticar tarifas abaixo do previamente calculado na base do custo + lucro, e aprovado pelas partes.

Devido à inadequação do modelo criado no governo de Fernando Henrique Cardoso com o objetivo (inatingível) de converter em commodity um monopólio natural como a energia elétrica, a Eletrobrás vinha tendo grandes prejuízos, por ter sido obrigada a arcar com os efeitos negativos do modelo. Tais prejuízos corresponderam a lucros astronômicos para as comercializadoras e outros intermediários não produtivos. A situação piorou muito com a Medida Provisória 579/12 da então presidente Dilma Rousseff, que obrigou a Eletrobras a vender energia abaixo do custo, numa frustrada tentativa de reduzir tarifas.

Entretanto, o fraco desempenho da economia fez com que a demanda por energia crescesse menos do que na década anterior. Mesmo assim, para afastar o risco de racionamentos, foi necessário implantar uma capacidade adicional da ordem de 2.200 MW (uma hidrelétrica do porte de Xingó), por ano. Para isto, o governo obrigou a Eletrobras a entrar, em condições muito desfavoráveis, como sócia de grupos privados, para a implantação de novas unidades geradoras. Isto contribuiu para mergulhar ainda mais a estatal na crise da qual só agora está saindo.

As hidrelétricas ainda pertencentes ao grupo Eletrobras (Furnas, Chesf, Eletronorte e metade de Itaipu) têm idades em torno de 30 anos, portanto, a maior parte do capital nelas investido está amortizado. Assim, a energia nelas gerada custa atualmente cerca de R\$ 39/MWh.

O grupo Eletrobras responde por uma oferta da ordem de 170 milhões de MWh por ano. Eliminando-se os intermediários não produtivos, esta energia poderia ser repassada diretamente às distribuidoras, por uma tarifa de R\$ 160/MWh. Portanto, o lucro do grupo Eletrobras pode chegar a R\$ 20 bilhões por ano.

Em vez de privatizar esse extraordinário fluxo financeiro, o governo deveria destinar uma parte, digamos, 45%, para a própria Eletrobras, que aplicaria esta fatia na expansão do sistema elétrico e seu desenvolvimento tecnológico, com o apoio do Centro de Pesquisas da Eletrobrás (CEPEL).

Outros 45% iriam para o Tesouro Nacional - e os 10% restantes capitalizariam um fundo a ser criado no Banco do Brasil, cujas ações seriam vendidas ao público.

As termelétricas a carvão seriam desativadas, cedendo lugar aos parques eólicos - e as térmicas a gás ficariam de reserva, para casos de crise hídrica.

Aqui é importante lembrar a diferença que existe entre o espaço público e o espaço privado, assunto que os políticos e economistas brasileiros parecem ignorar.

O setor privado investiu abaixo do esperado, obrigando a Eletrobras a continuar atuando na expansão do sistema

O espaço privado é ocupado por empresas industriais, estabelecimentos comerciais, instituições financeiras e outras, que têm entre os seus objetivos o de gerar lucros. No espaço público ficam atividades não lucrativas, como a diplomacia, a segurança nacional, o policiamento, o ensino básico, a saúde pública, etc, além de certas "utilities", vitais para as demais atividades e que são monopolizáveis.

Ora, a energia elétrica é um monopólio natural, do qual dependem a produção industrial, as comunicações, a conservação dos alimentos, os estabelecimentos de ensino, ou seja, praticamente tudo. Assim, tarifas elétricas não devem ser formadas no espaço privado, pois influenciam todos os custos da economia e constituem um privilegiado instrumento de arrecadação de parte da renda dos demais setores.

Mais de 70% da eletricidade consumida no Brasil vêm de usinas hidrelétricas - e a geração de energia é apenas uma das utilidades dos reservatórios, ao lado de outras, importantes, como o abastecimento de água, a regularização dos rios, a irrigação, etc. Cumpre enfatizar que, além da manutenção das barragens propriamente ditas, todos os usos dos reservatórios requerem importantes despesas permanentes em preservação ambiental - e a experiência mostra que investidores privados relutam em fazer tais despesas. As tragédias de Mariana e Brumadinho reconfirmam isto.

O controle das grandes usinas hidrelétricas é estratégico. Por esta razão, até nos Estados Unidos as grandes hidrelétricas são públicas, embora algumas hidrelétricas menores pertençam a empresas privadas, mas a soma das capacidades destas é muito menor do que a das grandes hidrelétricas públicas.

Na campanha pela privatização das estatais elétricas, movida pelo governo de Fernando Henrique Cardoso, argumentava-se que o Estado não dispunha de recursos para expandir o sistema elétrico, papel que caberia à iniciativa privada

- e prometia-se que, no ambiente competitivo do mercado, as tarifas ficariam mais baratas.

Hoje o sistema elétrico é majoritariamente privado. Só no segmento de geração, cerca de 60% dos ativos estão privatizados. No segmento de transmissão a Eletrobrás tem 48% das linhas, mas controla e opera apenas 11% delas. As principais distribuidoras também foram privatizadas.

O resultado dessa quase completa privatização foi o oposto do prometido. O setor privado investiu abaixo do esperado, obrigando a Eletrobrás a continuar atuando na expansão do sistema. E, em vez de mais baratas, as tarifas para o setor residencial subiram mais de 55% e as do setor industrial subiram cerca de 130% acima da inflação, levando inúmeros estabelecimentos industriais a fechar as portas, desempregando centenas de engenheiros e milhares de operários qualificados.

Joaquim de Carvalho é mestre em engenharia nuclear e doutor em energia pela USP, e foi engenheiro da Cesp e diretor industrial da Nuclen (atual Eletronuclear).

Roberto D'Araújo, mestre em engenharia elétrica e ex-professor da PUC/Rio, foi chefe de departamento e membro do Conselho de Administração de Furnas.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 27/02/2019

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho, Camila Maia e Marcelle Gutierrez | Do Rio e de São Paulo

Título: Mercado acredita em volta do lucro na Petrobras em 2018

A Petrobras deve divulgar hoje o seu primeiro resultado anual positivo, depois de quatro anos seguidos de prejuízos. Segundo a média das projeções de sete instituições consultadas pelo **Valor**, a estatal deve apresentar lucro líquido da ordem de R\$ 7,7 bilhões no quarto trimestre de 2018, revertendo o prejuízo de R\$ 5,477 bilhões no último trimestre de 2017, quando o desempenho foi afetado negativamente pelo acordo para encerrar as ações coletivas de investidores nos Estados Unidos.

Confirmada a projeção, a Petrobras deve fechar 2018 com lucro líquido de R\$ 31,408 bilhões, já que a empresa acumulava ganho de R\$ 23,677 bilhões nos três primeiros trimestres de 2018. Para efeitos de comparação, em 2013, ano do

último resultado anual azul da empresa, a estatal havia registrado lucro líquido de R\$ 23,57 bilhões.

De acordo com a projeção média das sete instituições consultadas (Credit Suisse, Itaú BBA, J.P. Morgan, Morgan Stanley, Raymond James, Santander e UBS), a receita líquida deve crescer 13,8% no quarto trimestre, ante igual período de 2017, para R\$ 87,104 bilhões. O crescimento reflete a alta dos preços internacionais do petróleo, que, apesar de terem recuado ante o terceiro trimestre, se mantiveram acima dos patamares de 2017.

Já o Ebitda (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) previsto é de R\$ 29,072 bilhões, alta de 123% na mesma base de comparação.

Nem todas as projeções para o quarto trimestre consideram os impactos dos efeitos não recorrentes. A expectativa é que alguns deles afetem o balanço a ser divulgado hoje, após o fechamento do mercado.

A Petrobras já comunicou ao mercado, por exemplo, que contabilizará o acordo de R\$ 3,5 bilhões com a Agência Nacional de Petróleo (ANP), para encerrar a disputa em torno do pagamento de participações especiais sobre o Parque das Baleias, na Bacia de Campos. A estatal decidiu provisionar integralmente esse valor no balanço do quarto trimestre.

Além disso, a petroleira já informou que provisionará outros US\$ 622 milhões, relativos a decisão desfavorável em arbitragem movida pela empresa de sondas Vantage Deepwater, a título de ressarcimento pela rescisão antecipada de um contrato no Golfo do México. O Credit Suisse destaca, por sua vez, que, no campo positivo, a estatal pode vir a registrar reversão de provisão dos recebíveis da Eletrobras, de R\$ 3,1 bilhões.

Em 2018, a companhia fechou o ano com uma produção média de 2,034 milhões de barris/diários de petróleo, no Brasil, volume 5,5% menor que o de 2017 e abaixo da meta de 2,1 milhões de barris/dia.

O Raymond James destacou que o fato de não atingir a meta é um fator de risco significativo para 2019 em diante, já que as projeções para os próximos anos são "agressivas". A Petrobras projeta crescimento anual de 6% até 2023 na sua curva de produção até 2023. O banco, no entanto, considera um aumento de 3% a 4% como mais plausível.

No refino, o UBS acredita que a utilização da capacidade instalada continuará, no quarto trimestre, abaixo dos 75%, devido à menor utilização da Replan, em

Paulínia (SP), que teve parte de suas unidades paralisadas depois de uma explosão em agosto. Já o Itaú BBA estima que o parque de refino da estatal tenha operado com uma taxa média de utilização de 80%, mesmo com as restrições da Replan.

O Itaú BBA também acredita que a participação da Petrobras em diesel tenha crescido, refletindo a tendência de declínio da importação de terceiros durante o período em que vigorou o programa de subvenção ao diesel. Segundo a ANP, a fatia da Petrobras nas importações de diesel subiu 23,6 pontos percentuais em 2018, para 27,9% do volume total importado. **(Colaborou Rodrigo Polito, do Rio)**

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 27/02/2019

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho, Rodrigo Polito e Rita Azevedo | Do Rio e de São Paulo

Título: BR vai propor distribuir 95% do lucro em dividendos

Depois de um ano difícil do ponto de vista operacional, em 2018, a BR Distribuidora espera começar a recuperar as suas vendas a partir deste ano. No ano passado, a empresa viu o seu volume de vendas cair 1,6% nos postos e perdeu fatia de mercado para a concorrência, mesmo tendo aumentado a sua rede varejista. Ainda assim, conseguiu fechar o ano com lucro recorde, impulsionada por acordos de confissão de dívida com o setor elétrico e pelo aumento dos preços médios praticados.

Diante da alta dos preços de realização, a companhia conseguiu ampliar em 15,6% as suas receitas líquidas, para R\$ 97,77 bilhões. Já o lucro líquido atingiu os R\$ 3,193 bilhões, aumento de 177% ante 2017, influenciado positivamente pelo reconhecimento dos instrumentos de confissão de dívida com as distribuidoras e ex-distribuidoras da Eletrobras, no valor de R\$ 1,6 bilhão. Um acordo extrajudicial com o Mato Grosso, para encerrar um passivo fiscal com o Estado, sobre a cobrança de ICMS, contribuiu com mais R\$ 645 milhões.

Com os ganhos recordes, a BR informou que vai propor, em assembleia, que 95% do lucro do exercício seja destinado à distribuição de dividendos totais brutos de R\$ 3,033 bilhões. Desse valor, serão deduzidos R\$ 563 milhões referentes à antecipação de juros sobre capital próprio.

Em termos operacionais, contudo, o ano foi de dificuldades. Segundo dados da Agência Nacional de Petróleo (ANP), a empresa perdeu participações nos mercados de diesel (0,22 p.p, para 30,85%), gasolina (0,17 p.p, para 24,09%) e

etanol (0,6 p.p., para 17,1%). O volume de vendas recuou 1,6% nos postos e 8,4% entre grandes consumidores.

O diretor de rede de postos e varejo da BR, Marcelo Bragança, no entanto, destacou que as vendas da empresa já deram alguns sinais de recuperação no quarto trimestre. Na ocasião, houve um aumento no volume vendido nos postos de 2% frente ao terceiro trimestre de 2018. Na comparação com o quarto trimestre de 2017, a alta foi de 0,2%.

"De fato, por tudo o que aconteceu no ano [de 2018], com o consumidor sensível a preço e com a mudança forte de mix para etanol, tivemos algumas dificuldades. Mas acreditamos, até por todas as medidas de saneamento que fizemos e por causa do foco muito grande em relacionamento e em melhorar a performance da nossa rede, que os resultados, em termos de recuperação de volume, tendem a começar a aparecer ao longo de 2019", disse, durante teleconferência com analistas, ontem.

A rede de postos representa cerca de 60% das receitas da companhia. Em 2018, a BR investiu R\$ 934 milhões no embandeiramento e manutenção de sua rede, para aumentar em 3,4% (num total de 253) o número de postos, para 7.665 pontos de revenda. Por outro lado, a empresa reduziu o número de lojas de conveniência BR Mania, como parte de um processo de "saneamento" da rede. A BR fechou 2019 com 1.247 lojas, ante os 1.348 de 2017.

A BR Partners, assessora financeira contatada pela companhia, iniciou recentemente a etapa de avaliação e seleção de potenciais interessados em parceria estratégica no segmento de lojas de conveniência BR Mania. Bragança afirmou que a BR trabalha com um "modelo preferencial", mas que a empresa ainda não fechou um modelo. A ideia é manter aberto o diálogo com os potenciais interessados.

"Estamos conversando e ouvindo o que os potenciais parceiros podem trazer de modelos e oportunidades... Ele [o modelo da parceria] é bem amplo, pode ir desde de uma JV [joint venture] societária até meramente a algum acordo operacional para destravar valor em algumas etapas da cadeia de valor desse negócio", disse.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 27/02/2019

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito | Do Rio

Título: CPFL planeja investir em novas usinas solares

Em meio à discussão em torno do aperfeiçoamento da resolução da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) que trata da geração distribuída a energia solar, a CPFL Energia pretende investir este ano em novas fazendas solares, repetindo modelo adotado para atender a mineira Algar Telecom. A companhia elétrica investiu R\$ 21,7 milhões na implantação da usina Capim Branco, uma fazenda solar, em Uberlândia (MG), para suprir as necessidades energéticas da empresa de telecomunicações.

"Em 2019, já temos oportunidades mapeadas e saindo do forno para viabilizar outras negociações e construção de outras unidades", afirmou a diretora de Inteligência de Mercado da CPFL Energia, Fabiana Avellar. "Temos avaliado outras oportunidades em outras regiões com clientes já pré-definidos e também investimentos em que nós vamos a mercado buscar essa oportunidade de clientes, mas com esses investimentos pré-mapeados nas áreas que seriam atrativas para construir essa modalidade."

No caso da Algar, a CPFL Soluções, empresa do grupo CPFL especializada em comercialização de energia, eficiência energética e geração distribuída, foi responsável pelo investimento na fazenda solar, que entrou em operação no ano passado. As obras ficaram a cargo da Alsol Energias Renováveis, empresa acelerada pelo grupo Algar. Com 5 megawatts-pico (MWp) de capacidade, a usina fornece energia para 280 estações da Algar Telecom em Minas Gerais, sendo responsável por cerca de 18% do consumo total de energia da empresa de telecomunicações.

Esta é a segunda parceria entre a CPFL e a Algar na área de energia solar. Em 2015, as duas companhias desenvolveram projeto que contemplou a construção de uma usina solar no telhado do data center em Campinas (SP) e a expansão da unidade solar do data em center em Uberlândia (MG).

Segundo o diretor comercial da CPFL Soluções, Flavio Souza, a construção da fazenda solar é uma alternativa dentro do conjunto de soluções que a empresa pode oferecer para os consumidores. "É muito aderente à necessidade que os clientes têm de uma empresa que cuide de energia, que faça reduzir o custo de energia deles e que tenha avanço tecnológico".

De acordo com Fabiana, o setor de geração distribuída a energia solar está crescendo exponencialmente. "É interessante considerar que esse crescimento é pautado em economia no custo da energia no longo prazo, mas também na questão da sustentabilidade".

Ela ressaltou o projeto de construção de uma usina solar no Centro de Abastecimento do Estado da Guanabara (Cadeg), mercado municipal de alimentos e bebidas do Rio. Previsto para iniciar a operação neste ano, o projeto

envolve a instalação de placas fotovoltaicas sobre a cobertura do mercado, com capacidade de 1,8 MWp.

Questionada sobre a discussão em curso na Aneel relativa à regulação para geração distribuída, por meio da qual foi viabilizada a fazenda solar de Uberlândia, a executiva destacou que o debate precisa ser pautado pela sustentabilidade. As distribuidoras alegam que os clientes que utilizam geração distribuída não pagam pelo uso da rede ao injetarem a energia de seus sistemas na malha de distribuição. Por outro lado, empresas de energia solar afirmam que a cobrança não leva em consideração os benefícios da tecnologia.

"Precisamos ter a remuneração adequada da distribuidora, que tem seus ativos que estão sendo disponibilizados para os clientes que têm geração distribuída instalada. Mas certamente a geração distribuída, especialmente fotovoltaica, precisa avançar", disse.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 27/02/2019

Seção: Empresas

Autor:

Título: Curtas

Petrobras vai deixar SP

O gerente-executivo de gestão de pessoas da Petrobras, Cláudio Costa, disse ontem, em reunião com funcionários da base da estatal em São Paulo, que parte dos trabalhadores do local deixará a companhia após reestruturação que está em andamento. Em áudios da reunião, obtidos pelo **Valor**, Costa diz que a empresa deixará o edifício sede, na Avenida Paulista, e que nem todos os funcionários serão realocados. "Os operacionais estão sendo realocados. Dá para absorver todo mundo? Não dá. Algumas pessoas não ficarão na companhia.... Ficaré em São Paulo aquilo que é essencial e é ultra necessário para a performance da companhia na base de São Paulo", afirmou Costa em um dos áudios. Procurada, a Petrobras disse que não comentaria o teor dos áudios.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 27/02/2019

Seção: Empresas

Autor: Assis Moreira | De Genebra

Título: Múltis apoiam criação de novo padrão para barragens

Os CEOs das grandes companhias de mineração internacional concordaram ontem em criar um padrão global para barragens de rejeitos. O objetivo é evitar tragédias como as de Brumadinho e de Mariana no Brasil que deixaram centenas de mortos.

As múltis concordaram que as futuras regras vão ser definidas por um órgão independente formado por representantes da sociedade civil, comunidade, indústria, investidores e organizações multilaterais. Terá até o fim do ano para detalhar padrões internacionais que devem resultar numa séria mudança para o setor de mineração na segurança das instalações de rejeitos.

Trata-se do primeiro passo concreto do setor de mineração desde a tragédia de Brumadinho, em 25 de janeiro, impulsionado pelo Conselho Internacional de Minas e Metais (ICMM, na sigla em inglês). As companhias membros, incluindo Vale, Rio Tinto, BHP, Glencore, AngloAmerican, Codelco, Goldcorp, Freeport-McMoRan, Mitsubishi Materials, Sumitomo, se reuniram ontem em Miami, nos Estados Unidos, como o **Valor** antecipou na semana passada.

Alguns investidores passaram a pressionar por mais auditorias independentes nas barragens de rejeitos

O que foi decidido em Miami, porém, parece bem inferior à criação de um órgão global independente para realmente monitorar os riscos colocados pelas barragens de rejeitos, como era a expectativa de certos analistas do setor. Quem conhece bem o setor concordava que seria difícil as companhias aceitarem, por exemplo, o aumento constante de auditorias de segurança.

O comitê anunciado ontem deve definir regras incluindo um sistema de classificação de barragens de rejeitos em base global e transparente, e exigências "apropriadas" para cada nível de classificação. Incluirá também requerimentos para planos de emergência, por exemplo.

Conforme Tom Butler, presidente do ICMM, os futuros padrões serão baseados nas melhores práticas para assegurar que os riscos das instalações de rejeitos sejam administradas "apropriadamente, consistentemente e com transparência".

Segundo Butler, os CEOs reunidos em Miami concordaram assim que o comitê independente defina orientações técnicas para segurança, construção, operação e fechamento de instalações de rejeitos; e também desenvolva capacidade e banco de dados para facilitar a transmissão do conhecimento através do setor, por exemplo.

O ICMM reúne 27 das principais empresas mundiais de mineração e metais e 36 associações de mineração nacionais e regionais e associações globais de

commodities. Ela foi criticada por suposta lentidão na resposta aos riscos colocados pelas barragens de rejeitos.

Na semana passada, em entrevista ao **Valor**, Butler, reconheceu que, com duas rupturas de barragem de rejeitos que resultaram em centenas de mortes nos últimos três anos, o setor de mineração globalmente não podia esperar as investigações do governo brasileiro e precisava agir paralelamente.

Para o executivo, a confiança pública será difícil de reconstruir, e será ganha ou perdida pela maneira como a indústria responde ao desastre de Brumadinho, mostrando às populações melhora na segurança e no desempenho ambiental e social.

De seu lado, alguns investidores passaram a pressionar por mais auditorias independentes nas barragens de rejeitos. Um deles, citado pelo Wall Street Journal, é a Church of England Pensions Board, que tem US\$ 3,3 bilhões sob gestão. A empresa vendeu suas ações da Vale depois da tragédia de Brumadinho.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 27/02/2019

Seção: Empresas

Autor: Marcos de Moura e Souza | De Belo Horizonte

Título: Rio Paraopeba continua sem data para voltar a fornecer água em MG

Pouco mais de um mês após a queda da barragem da mineradora Vale na cidade de Brumadinho, em Minas Gerais, o rio Paraopeba, atingido pela onda de lama e rejeito, continua contaminado por metais pesados e não há ainda data para retomada da captação de suas águas para o consumo.

A Copasa, empresa pública de saneamento de Minas, suspendeu a captação no rio para o atendimento da região metropolitana de Belo Horizonte no mesmo dia da tragédia, 25 de janeiro. Dezoito municípios, incluindo Belo Horizonte, estão sendo abastecidos pelas represas do Rio Manso, Serra Azul e Várzea das Flores e pela água captada do Rio das Velhas. Esses sistemas já abasteciam a região. Segundo a Copasa, mesmo sem o uso do Paraopeba, esses rios e represas têm capacidade para suprimento até o período de seca de 2020.

Um estudo feito pela Fundação SOS Mata Atlântica, que será divulgado hoje e ao qual o **Valor** teve acesso, aponta que nos dias seguintes ao desastre indicadores da qualidade das águas do Paraopeba ficaram entre "ruim" e "péssimo".

Integrantes da entidade coletaram durante os dias 31 de janeiro a 9 de fevereiro amostras de água em 22 pontos do rio ao longo de 305 quilômetros. "O índice de qualidade da água obtido em 10 pontos foi ruim e, em 12 pontos, foi péssimo", segundo o documento.

A fundação usou o Índice de Qualidade da Água (IQA), que leva em conta parâmetros físicos, químicos e biológicos das amostras de água. Usou também análises microbiológicas e de metais pesados.

"A concentração de metais pesados verificada ao longo de toda a extensão do rio Paraopeba afetada pelos rejeitos de minério está acima dos limites máximos definidos na legislação vigente", apontou o estudo. "Os metais presentes na água em quantidades nocivas ao ambiente, à saúde humana, à fauna, aos peixes e aos organismos vivos, em toda extensão monitorada do rio, são: ferro, cobre, manganês e cromo."

A qualidade do Rio Paraopeba vem sendo monitorada diariamente por uma rede de técnicos da Copasa, do Instituto Mineiro de Gestão de Águas (Igam), da Agência Nacional de Águas (ANA) e pelo Serviço Geológico do Brasil.

Assim como o levantamento da SOS Mata Atlântica, o balanço mais recente produzido por esses órgãos mostrou que a tragédia continua comprometendo a qualidade do rio na região metropolitana de Belo Horizonte. O balanço, publicado ontem, informa que as concentrações de manganês total, ferro dissolvido, alumínio dissolvido, chumbo e mercúrio estão em níveis que violam os limites estabelecidos pelo Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam) e Conselho Nacional de Meio Ambiente.

As amostras foram colhidas em 17 pontos do rio. Algumas dessas substâncias apareceram em níveis acima do permitido em quase todas as amostras. "Na coleta realizada no dia 22 de fevereiro, observou-se violação aos padrões de mercúrio total, em praticamente todas as estações", diz o balanço. Das 17, em 4 as medições estavam dentro do limite permitido.

A SOS Mata Atlântica afirma que para a recuperação da qualidade da água na bacia do Paraopeba "é essencial que sejam adotadas medidas efetivas de remediação dos danos ambientais, de ressarcimento das comunidades, das famílias e atividades econômicas afetadas."

Para a entidade, a tragédia em Brumadinho e a de Mariana, em 2015, "colocam em xeque a capacidade das instituições brasileiras de adotar medidas" capazes de evitar que outros desastres se repitam.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 27/02/2019****Seção: Agronegócios****Autor: Kauanna Navarro | De São Paulo****Título: Mosaic aprova novas regras para mineração no Brasil**

As operações de mineração ficarão mais seguras com as mudanças regulatórias determinadas pela Agência Nacional de Mineração (ANM). É o que afirmou ontem Joc O'Rourke, CEO da americana Mosaic, durante teleconferência com analistas.

"Acreditamos que a mudança é necessária e só tornará a mineração no Brasil mais segura e sustentável para o futuro", disse O'Rourke. Os resultados da Mosaic foram divulgados na segunda-feira, após o encerramento das operações em na bolsa de Nova York.

A americana, uma das maiores empresas de fertilizantes do mundo, lucrou US\$ 470 milhões em 2018. No ano anterior, a companhia havia registrado prejuízo de US\$ 107,2 milhões. Os resultados foram impulsionados pela aquisição de ativos da Vale no Brasil.

Na semana passada, a Mosaic paralisou o beneficiamento da barragem de rejeitos em Araxá (MG), enquanto avalia, com reguladores brasileiros, a segurança de barragens e outras estruturas. A decisão foi tomada após o colapso da barragem da Vale em Brumadinho (MG) ter matado pelo menos 171 pessoas no país no mês passado.

"Somos muito próximos à Vale. Muitos dos nossos funcionários já foram funcionários da Vale e a empresa é uma das nossas maiores acionistas", disse o presidente da Mosaic a analistas.

Segundo comunicado da Mosaic, na semana passada uma auditoria na barragem de rejeitos B1/B4 do Complexo Mineroquímico de Araxá, realizada por empresa externa, apontou condição de estabilidade relativa à barragem.

A Mosaic declarou situação de emergência, classificada como nível 1 e, consequentemente, acionou o Plano de Ação de Emergência para Barragens de Mineração (PAEBM).

"A Mosaic Fertilizantes reforça que a barragem, neste momento, não está recebendo rejeitos da produção de concentrado fosfático e que as outras

frentes da operação, como a produção de fertilizantes, seguem normalmente", apontou a Mosaic, em comunicado.

Todas as demais barragens da Mosaic Fertilizantes possuem certificado de estabilidade válido.

O Ministério Público Federal em Registro (SP) recomendou à Mosaic que conclua, em até 30 dias, os planos de emergência referentes a quatro barragens da empresa em Cajati (SP), com a instalação de sirenes para alertar a população caso seja necessário evacuar as áreas próximas. Segundo o MPF, medidas básicas de segurança nunca foram implementadas.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 27/02/2019

Seção: Agronegócios

Autor: Camila Souza Ramos | De São Paulo

Título: União Europeia revê status de biocombustíveis

A União Europeia quer deixar de classificar como "renováveis" os biocombustíveis que tiverem um risco de provocar desmatamento considerado "alto". Na proposta que está em consulta pública no bloco, o biodiesel de óleo de palma deverá perder o status de "renovável" e, assim, não poderá aproveitar a cota para esse tipo de combustível até 2030. Já o etanol de cana-de-açúcar e o biodiesel de soja devem continuar classificados como renováveis. Porém, as atribuições ainda podem mudar.

No esboço da diretiva, aberto a comentários até 8 de março, a Comissão Europeia atribuiu ao etanol de cana (produzido basicamente no Brasil) um risco de impacto indireto sobre o uso do solo de 5%, enquanto para o biodiesel de soja foi atribuído risco de 8%. Deixarão de ser considerados renováveis apenas os biocombustíveis que tiverem um risco superior a 10% - para o biodiesel de óleo de palma, por exemplo, deverá ser atribuído risco de 45%.

Embora as classificações atribuídas aos biocombustíveis de cana e de soja não comprometam sua participação no mandato europeu de renováveis, os produtores brasileiros querem uma revisão dos cálculos de risco indireto de desmatamento. A preocupação é menos com impactos mercadológicos, já que o Brasil praticamente não exporta etanol nem biodiesel à Europa, mas com o impacto "político" da avaliação de risco do impacto dos biocombustíveis produzidos no país.

Desde 2015, a União Europeia adota uma diretiva que limita a participação de combustíveis renováveis produzidos a partir de culturas alimentares em 7% da

matriz de combustíveis - praticamente o volume que é produzido dentro do bloco. Agora, os biocombustíveis que superarem o risco de desmatamento em 10% não poderão participar dessa cota e só terão espaço no mercado europeu se concorrerem com os combustíveis fósseis. Pelo cronograma previsto na proposta, o uso dos biocombustíveis de "alto" risco nos próximos anos não poderá exceder os volumes de 2019. A partir de 2023, seu uso como renováveis será reduzido gradativamente até zerar em 2030.

Representantes brasileiros que participaram das discussões com a Comissão Europeia afirmam que há erros nos cálculos, que precisam ser corrigidos para não abrirem um precedente de avaliação do impacto em mudança de uso da terra dos biocombustíveis produzidos no país.

No caso do etanol de cana, a União das Indústrias de Cana-de-Açúcar (Unica) deve apresentar documento na consulta defendendo que o risco é de 2,1%, e não de 5%. Segundo Géraldine Kutas, representante da Unica na Europa, a Comissão Europeia está considerando um fator de produtividade como se a cana fosse um cultivo anual, e não perene, e está utilizando imagens de satélite com baixa definição em comparação às do PRODES, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE).

Participante do grupo de especialistas sobre o assunto da Comissão Europeia, a consultoria brasileira Agroicone defende que o risco atribuído à cana deveria ser de 0,4% se forem levados em consideração os dados mais burilados. "Vamos comunicar à Comissão pelo grupo de especialistas", diz Marcelo Moreira, sócio da Agroicone.

O percentual de 5% de risco atribuído à cana mantém o etanol como renovável e não tem impacto no mercado, já que o Brasil exporta pouco à UE. O receio, segundo Kutas, é que uma eventual análise de risco "elevado" influencie nas negociações entre o bloco e o Mercosul. "Nunca estivemos tão perto de um acordo. Se assinarmos e houver um risco considerado 'alto', seria triste", afirma ela.

A Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove) também deve apresentar comentário reforçando que o impacto da soja no uso do solo não é alto. Segundo André Nassar, presidente da associação, a preocupação é que a atribuição de um risco "elevado" para o desmatamento provocado pela soja nesta discussão se reflita nos debates sobre emissões na cadeia de farelo - produto que o Brasil é um dos principais fornecedores à UE. "Se a soja for considerada de alto risco, vai entrar em choque com outras discussões de emissões, seja no mercado de farelo, seja no RenovaBio", afirma.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 27/02/2019****Seção: Política****Autor: Anne Warth ENVIADA ESPECIAL FOZ DO IGUAÇU (PR)****Título: Bolsonaro chama ditador paraguaio de 'estadista'**

Em posse de novo diretor de Itaipu Binacional, presidente elogia Alfredo Stroessner e generais do regime militar no País

Em discurso na posse do general Joaquim Luna e Silva como diretor da Itaipu Binacional, o presidente Jair Bolsonaro disse que a usina só saiu do papel graças a governantes como Alfredo Stroessner, a quem chamou de “estadista”. Stroessner comandou o Paraguai entre 1954 e 1989, numa das mais longevas ditaduras do continente.

O presidente Jair Bolsonaro fez ontem uma homenagem aos generais que comandaram as ditaduras militares no Brasil e no Paraguai. Ao discursar na posse do novo diretor da Itaipu Binacional, general Joaquim Luna e Silva, Bolsonaro afirmou que a usina só foi construída devido ao papel dos comandantes brasileiros e do paraguaio Alfredo Stroessner, que governou o país entre 1954 e 1989.

O tratado entre os dois países que deu origem à usina foi assinado em 1974, e a hidrelétrica começou a produzir energia a partir de 1984.

A homenagem de Bolsonaro a Stroessner, um dos mais longevos ditadores da América do Sul, ocorre no momento em que o Brasil contesta o governo do venezuelano Nicolás Maduro, que está no poder desde 2013. A Venezuela vive uma crise interna, com falta de comida e medicamentos, e Maduro é alvo de pressão internacional para que deixe o cargo.

A citação ao ditador paraguaio no discurso foi aplaudida por parte das pessoas que acompanhavam o evento. O pai do atual presidente do Paraguai, Mario Abdo Benítez, conhecido como Marito, foi secretário particular de Stroessner.

“Isso tudo não seria suficiente se não tivesse do lado de cá um homem de visão, um estadista, que sabia perfeitamente que o seu país, o Paraguai, só poderia prosseguir e progredir se tivesse energia. Então, aqui também a minha homenagem ao nosso general Alfredo Stroessner”, disse o presidente.

No discurso, Bolsonaro também citou a atuação de todos os presidentes do regime militar no Brasil. “Eu queria, se me permitem, recordar, relembrar aqueles que realmente foram responsáveis por essa obra. Isso tudo, as

primeiras tratativas começaram ainda lá atrás, no governo do marechal Castelo Branco”, afirmou.

Ele ainda citou que o marechal, primeiro presidente do regime militar, foi eleito em 11 de abril de 1964 e que tomou posse em 15 de abril daquele ano, “tudo à luz da Constituição vigente naquele momento”. Bolsonaro, porém, não mencionou o fato de que, depois do golpe militar, em 31 de março de 1964, os presidentes eram escolhidos pela cúpula

do regime e, somente depois disso, eleitos indiretamente por um colégio eleitoral. A Constituição de 1946, vigente à época, não previa ruptura democrática.

Visita. O presidente disse que vai receber Mario Benitez em Brasília no dia 11 de março, em uma reunião bilateral. No encontro, os países devem tratar de assuntos como a própria revisão do Tratado de Itaipu, cujos termos se encerram em 2023, e as duas pontes entre Brasil e Paraguai sobre o Rio Paraná, que serão pagas com recursos da usina, com custo repassado aos consumidores brasileiros.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 27/02/2019

Seção: Metrópole

Autor:

Título: Presos dizem que diretores da Vale sabiam de risco

Detidos relatam painel interno sobre barragem da Vale e alertas de problemas; citados pediram habeas corpus preventivo ao STJ

Funcionários da Vale presos disseram em depoimentos que diretores da mineradora sabiam de problemas na barragem que desmoronou em janeiro. Anteontem, quatro executivos já haviam pedido habeas corpus preventivo.

Os depoimentos dados por funcionários presos da Vale indicam que diretores da mineradora sabiam de problemas envolvendo a barragem de Brumadinho (MG), que se rompeu há um mês. Anteontem, quatro executivos já haviam solicitado habeas corpus preventivo ao Superior Tribunal de Justiça (STJ). Até ontem, a tragédia havia deixado oficialmente 179 mortos e 129 desaparecidos.

O Jornal Nacional, da Rede Globo, relatou na noite de ontem ter conseguido acesso aos depoimentos dados pelos oito funcionários da Vale detidos há 12 dias em Contagem. São quatro gerentes e quatro integrantes de áreas técnicas diretamente relacionados ao controle da barragem de Brumadinho.

No depoimento, Felipe Figueiredo Rocha afirmou que os riscos de operação na chamada Barragem 1 foram discutidos em um painel interno com especialistas, do qual participaram os diretores Silmar Silva e Lúcio Cavalli. Essa declaração foi corroborada pelo gerente executivo Alexandre Campanha, que disse ainda acreditar que os relatórios finais – nos quais se apresentavam detalhamentos dos problemas – eram encaminhados para Lúcio Cavalli e demais diretores operacionais.

A mesma citação foi feita por Marilene Christina, outra detida. Ela foi além, dizendo que reportou ao diretor Silva – sobre a barragem B1 – a instalação de um DHP (drenos horizontais profundos, utilizados normalmente para a retirada de água da instalação). Na sequência, declarou ter alertado Cavalli de problemas em DHPs.

Uma das principais hipóteses investigadas pela força-tarefa formada para Brumadinho é que o excesso de água na barragem levou ao rompimento. Segundo o Jornal Nacional, um vídeo, incluído na investigação e gravado próximo da barragem depois da tragédia, mostra que havia uma tubulação de captação de água rompida, lançando água em direção à estrutura que desmoronou. As autoridades também localizaram nascentes acima da barragem e isso pode ter contribuído para a tragédia – esses eventos teriam sido acusados por piezômetros (medidores de volume de água).

STJ. Silva e Cavalli entraram com o pedido de habeas corpus preventivo, ao lado dos também diretores da Vale Peter Poppinga – cuja prisão já havia sido solicitada e negada – e Luciano Siani Pires. Seus advogados alegaram que eles “se encontram todos ameaçados de sofrer patente constrangimento ilegal ao seu direito de locomoção, em razão de ordem de prisão que está na iminência de emanar de autoridade incompetente no curso das investigações sobre o rompimento da barragem I da mina do Córrego do Feijão”.

Procurada pela Globo, a Vale declarou que a diretoria está “colaborando com as autoridades para esclarecer as causas do rompimento”, ressaltando que a presunção de culpa não pode decorrer apenas do posto que um executivo ocupa na empresa, e, por isso, pediu os habeas corpus para os diretores. Diz ainda que os depoimentos dos funcionários não indicam que a Vale soubesse previamente de um cenário de risco iminente de ruptura da barragem.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 27/02/2019

Seção: Economia

Autor: Fernanda Nunes Denise Luna / RIO

Título: Petrobrás prepara PDV e deve fechar sede de SP até junho

Estatel conta hoje com 62,7 mil funcionários, bem menos que os 78,5 mil que tinha em 2015; cortes foram por PDVs

A Petrobrás pretende até junho desativar sua sede administrativa (Edisp) em São Paulo e lançar um novo programa de demissão voluntária. Além disso, a estatal planeja fechar unidades incluídas em seu plano de desinvestimento que não despertarem interesse dos compradores, o que pode levar a mais demissões. Os planos do atual comando da petroleira foram revelados aos funcionários na segunda-feira por um recém-contratado gerente executivo de Recursos Humanos, Claudio Costa, durante uma reunião para explicar apenas a desativação da sede da Avenida Paulista, onde trabalham 700 pessoas.

Nas declarações do executivo, gravadas em áudios que circularam pelas redes sociais ontem, ele afirma ainda que em 2015 a Petrobrás estava literalmente falida, e que se as demissões não forem realizadas, “daqui a duas décadas essa empresa não existirá mais”.

Um grupo de sindicalistas que aguardava o gerente para uma reunião na sede da companhia no Rio reagiu com repúdio às declarações de Costa, e se recusou a deixar o prédio antes de esclarecer as declarações do executivo que trouxeram inquietação aos funcionários. “Viemos (cerca de 15 pessoas) para uma reunião da comissão do ACT (Acordo Coletivo de Trabalho), mas só vamos sair depois de conversar com o gerente Claudio Costa para ele explicar o que houve em São Paulo”, disse Adaelson Costa, secretário-geral da Federação Nacional dos Petroleiros (FNP) e coordenador-geral do Sindipetro do Litoral Paulista. No início da noite, a reunião com o gerente foi remarcada para hoje.

O sindicalista explicou que no ACT da Petrobrás existe a previsão de demissão, desde que haja negociação. Segundo ele, a falta de sensibilidade de Costa provou que o executivo não “está preparado para lidar com uma empresa do porte da Petrobrás.

Instaurada a polêmica, o presidente da empresa, Roberto Castello Branco, se viu obrigado a gravar um vídeo para os funcionários na noite de ontem. Ele minimizou a dimensão dos desligamentos, mas confirmou que a empresa estuda o lançamento de novo plano de incentivo à demissão voluntária. “Não existe um plano de demissões na Petrobrás. Nós estamos estudando um programa incentivado de demissão voluntária, que não foi ainda aprovado pela diretoria executiva”, afirmou o presidente aos funcionários.

Castello Branco informou ainda que os empregados do Edisp serão redirecionados para outras unidades da estatal e que algumas pessoas vão trabalhar de casa. “Elas vão para localidades de custo mais baixo para a redução do custo da Petrobrás.”

Desocupação. Sobre a sede da empresa em São Paulo, a Petrobrás informou que a desocupação será feita até junho e vai gerar economia de R\$ 100 milhões até 2023. A maior parte dos funcionários que ocupa o prédio é de concursados, que dão suporte às unidades operacionais da empresa nas Regiões Sul e Sudeste, principalmente refinarias e terminais. Como parte dessas unidades será vendida, alguns funcionários deverão ser remanejados e poucos permanecerão em São Paulo, num prédio do tipo “coworking” que a empresa pretende alugar. O restante será demitido.

“Algumas pessoas não ficarão na companhia. Dá para absorver todo mundo que aqui está? Não. Algumas pessoas não ficarão. Algumas vão poder decidir por não permanecer na companhia. Os programas (de demissão voluntária) virão para ajudá-los nesse processo decisório”, diz Costa no áudio. Ele chegou a comparar a situação da estatal à da montadora Ford, que anunciou o fechamento de uma fábrica em São Bernardo (SP) e deve deixar 2,8 mil desempregados.

A Petrobrás tem 62,7 mil funcionários, número reduzido frente aos 78,5 mil de 2015, após sucessivos programas de demissão voluntária.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 27/02/2019

Seção: Mercado

Autor: Taís Hirata SÃO PAULO

Título: Bandeira na conta de luz pode ficar mais cara e elevar tarifa em 1,1 ponto percentual

Aneel estuda elevar preço máximo das bandeiras tarifárias de R\$ 5 para R\$ 6 a cada 100 quilowatts-hora

As bandeiras tarifárias –adicionais cobrados na conta de luz– poderão ficar mais caras a partir deste ano. A Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) propôs aumentar o preço das sobretaxas, que são aplicadas em períodos em que chove pouco.

A alta proposta deverá representar, em média, um aumento de 1,1 ponto percentual no reajuste da tarifa de energia dos brasileiros em 2019, segundo cálculo da TR Soluções, empresa especializada em tarifas de energia.

As bandeiras tarifárias servem para repassar ao consumidor os custos extras das distribuidoras quando há secas. Nesses períodos, a geração hidrelétrica é prejudicada, e as empresas precisam contratar energia mais cara, em geral de usinas termelétricas. Para compensar a alta de gastos, esses adicionais são cobrados e repassados às companhias.

As sobretaxas têm diferentes patamares, que evoluem de acordo com a gravidade da seca: verde (sem taxa), amarela, vermelha patamar 1 ou vermelha patamar 2.

Segundo a proposta da Aneel, que será levada a audiência pública, o preço máximo das bandeiras (vermelho patamar 2) subiria de R\$ 5 para R\$ 6 por 100 kWh (quilowatts-hora).

A bandeira amarela passaria a adicionar R\$ 1,50 por 100 kWh, e a vermelha patamar 1 acrescentaria R\$ 3,50 por 100 kWh. Hoje, as taxas são de R\$ 1 e R\$ 3, respectivamente.

Os valores, porém, poderão ser alterados até a conclusão da audiência pública, segundo a agência reguladora.

O aumento das bandeiras tarifárias é defendido pelas distribuidoras de energia. Elas afirmam que, hoje, os adicionais não dão conta de cobrir os gastos extras, devido à seca prolongada nos reservatórios do país.

"Elas têm de ser 'recalibradas', porque aquilo que as bandeiras não cobrem será repassado ao consumidor de qualquer forma no reajuste tarifário anual", afirma Nelson Fonseca Leite, presidente da Abradee (Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica).

Esse déficit das distribuidoras não coberto pelas bandeiras chegou a cerca de R\$ 3 bilhões em agosto do ano passado, diz ele.

No fim do ano passado, a perspectiva era positiva para a hidrologia em 2019, após fortes chuvas em novembro e dezembro. Em janeiro, porém, o mercado de energia foi surpreendido por um início de ano mais seco do que o esperado, o que levantou sinal de alerta no setor.

Ainda assim, a perspectiva é que os reajustes em 2019 fiquem aquém dos do ano passado, segundo a TR Soluções. No fim de 2018, a empresa havia previsto uma alta média de 0,38% no país. Contabilizando as bandeiras sob o cálculo proposto pela Aneel, a taxa subiria para cerca de 1,5%.

O preço máximo das bandeiras já havia passado por uma alta no fim de 2017 para dar alívio às companhias de distribuição diante da falta de chuvas e gastos extras acima do previsto.

Atualmente, a conta de luz está sem cobrança adicional. A decisão sobre a aplicação da bandeira é feita pela Aneel a cada mês.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data: 27/02/2019****Seção: Mercado****Autor: Estelita Hass Carazzai****Título: Novo diretor de Itaipu quer reduzir custos e aumentar produtividade**

'Estaremos de olho na austeridade de todos os gastos', declarou Silva e Luna

O novo diretor-geral brasileiro da Itaipu Binacional, general Joaquim Silva e Luna, afirmou nesta terça-feira (26) que quer trabalhar por uma tarifa de luz mais baixa e diminuir o custo operacional da usina, a maior do país.

“[Queremos] inovação tecnológica, produção de energia com segurança, menor custo operacional e menores tarifas. Estaremos de olho nisso e na austeridade de todos os gastos”, declarou Silva e Luna.

O novo diretor tomou posse nesta terça. É o primeiro militar em 30 anos a comandar a diretoria-geral brasileira de Itaipu.

Presidente Jair Bolsonaro e o presidente do Paraguai, Mario Abdo Benítez, em reunião durante a cerimônia de posse do general Joaquim Silva e Luna como diretor de Itaipu - Marito Abdo/Twitter

Na cerimônia, que foi prestigiada pelo presidente Jair Bolsonaro (PSL), Silva e Luna não foi específico sobre o que fará para reduzir a tarifa de luz e baixar os custos de operação.

Há a expectativa de que o governo renegocie a tarifa com o governo do Paraguai, que vende sua energia excedente para o Brasil.

O novo diretor-geral, assim como Bolsonaro, confirmou que o tema será alvo de negociações bilaterais —mas disse que a decisão será compartilhada.

O presidente paraguaio, Mario Abdo Benítez, fará uma visita ao Brasil em março para tratar do tema.

Outra promessa foi aumentar a produtividade da hidrelétrica: Luna e Silva afirmou que haverá mudanças, e declarou que o principal objetivo da Itaipu, que hoje investe milhões em patrocínios e convênios com municípios da região, é gerar energia elétrica. “O restante é derivativo. Entendo que esse deve ser o nosso foco”, disse.

Em 2023, parte do tratado de Itaipu será revisto, incluindo as regras de repartição de royalties e da amortização do financiamento para a construção da usina.

O general também deve comandar as tratativas sobre o acordo na usina.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 27/02/2019

Seção: Mercado

Autor: Nicola Pamplona

Título: Petrobras fechará sede em SP e estuda PDV

Empresa quer desocupar até julho prédio na Paulista em que trabalham mais de 600 pessoas

RIO DE JANEIRO

A Petrobras decidiu desmobilizar sua sede administrativa em São Paulo e estuda a criação de novos planos de demissão voluntária para cortar custos. As medidas foram anunciadas em reunião nesta segunda-feira (25), na qual a companhia disse que procurará realocar o pessoal da sede paulistana.

“Ficará em São Paulo aquilo que é essencial, que é ultranecessário para a performance da companhia”, disse o gerente-executivo de Recursos Humanos da empresa, Cláudio Costa, segundo áudio ao qual a Folha teve acesso, cujo teor foi confirmado ao sindicato local por trabalhadores que estavam na reunião. “Dá para absorver todo o mundo que está aqui? Não. Algumas pessoas não ficarão”, completou.

Segundo o Sindicato Unificado dos Petroleiros de São Paulo, 400 trabalhadores do local são empregados próprios da Petrobras —o restante é de terceirizados.

Chamada de Edisp, a sede administrativa ocupa sete andares em um edifício na avenida Paulista e abriga empregados que prestam serviços a unidades operacionais da empresa no estado e no Sul, principalmente refinarias.

Costa sinalizou com programas para incentivar a redução de pessoal. “Algumas pessoas vão decidir por conta própria não permanecer na companhia. Os programas virão para ajudar nesse processo decisório”, afirmou. O contingente que permanecerá na capital paulista deve ficar em escritórios compartilhados.

Segundo ele, a medida visa cortar custos. Faz parte de estratégia global para reduzir a presença em alguns setores e focar a geração de valor para os

acionistas. Desde que assumiu o cargo, o presidente da estatal, Roberto Castello Branco, tem dito que a empresa vai priorizar o pré-sal.

Em vídeo divulgado aos funcionários após a divulgação da notícia, Castello Branco disse que a empresa estuda como recolocar todos os empregados da sede em São Paulo.

“As pessoas que trabalham nesse prédio —nós temos uma estimativa de 655 pessoas, a não ser que eu esteja enganado— serão direcionadas para outros locais de custo mais baixo”, afirmou.

“Nós não temos a intenção, a priori, de demitir ninguém”, completou. O executivo confirmou, porém, que há estudos para a criação de planos de demissão incentivada. “Nós estamos estudando um programa de demissão incentivada de forma voluntária”, disse, alegando que ainda não há detalhes porque os estudos de custos estão em curso.

“Eles querem levar o máximo possível de pessoas para o Rio. Mas o ideal para o trabalhador seria buscar outro prédio mais barato em outro bairro”, afirmou Alexandre Castilho, diretor do sindicato paulista, que pede à empresa um estudo de viabilidade dessa alternativa.

Os trabalhadores se reunirão com sindicatos nesta quarta-feira (27) para debater o tema. “São duas questões distintas: uma é local, sobre o edifício, a outra é a privatização do sistema de refino. O Edisp é a primeira peça de um processo de desmonte do refino”, diz o sindicalista.

A Petrobras tem quatro refinarias em São Paulo e duas no Sul. Em 2018, colocou o controle das duas unidades no Sul à venda, mas o processo foi interrompido após liminar do Supremo que condicionava a venda do controle de estatais à aprovação do Congresso.

Em 17 de janeiro, a companhia decidiu retomar o processo de venda —que inclui também um pacote com fatias em duas refinarias do Nordeste—, mas não está claro ainda se o modelo será o mesmo. Castello Branco já disse que a Petrobras estudará a venda de outras refinarias.

A proposta inicial era se desfazer de 60% de duas novas empresas que controlam, cada uma, com duas refinarias, dutos e terminais. Dessa forma, a estatal repassaria a um parceiro privado 25% da capacidade nacional de refino.

A Petrobras diz que a desocupação do Edisp deve ser concluída até junho e vai gerar economia de R\$ 100 milhões no período do plano de negócios, entre 2019 e 2023. Segundo a estatal, há estudos em curso para determinar atividades que podem migrar para outros imóveis.

“Os gestores responsáveis pelas atividades que hoje são realizadas no prédio estão avaliando quais delas realmente precisam permanecer na capital paulista e quais podem ser realocadas em outros imóveis da companhia no estado, como a sede da UO-BS [unidade operacional em Santos] ou as refinarias, ou mesmo na sede, no Rio”, afirmou a empresa, em nota.

No texto, a Petrobras confirma também estudos para programas de demissão incentivada para cortar custos, mas diz que ainda não há detalhes ou cronogramas definidos.

VEÍCULO: O Globo

Data: 27/02/2019

Seção: O País

Autor:

Título: Vale: diretores sabiam de riscos, afirmam funcionários

Em depoimento, gerentes dizem que problemas em barragem de Brumadinho foram discutidos em evento da mineradora

Funcionários da Vale que estão presos afirmaram, em depoimento, que diretores da mineradora sabiam de problemas na barragem 1, da Mina Córrego do Feijão, em Brumadinho, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, que se rompeu em 25 de janeiro.

A produção da TV Globo teve acesso aos depoimentos dos oito funcionários da Vale que estão presos, há 12 dias, na Região Metropolitana de Belo Horizonte. São quatro gerentes e quatro integrantes de áreas técnicas da empresa investigados no rompimento da barragem de Brumadinho.

Felipe Figueiredo Rocha, engenheiro da mineradora, afirmou que, durante um evento interno, foram apresentados vários possíveis problemas na barragem B1. Disse ainda que os diretores Silmar Silva e Lúcio Cavalli participaram do último dia do painel de especialistas, oportunidade em que era feita uma apresentação resumida dos riscos dos temas abordados.

Felipe citou que, entre os riscos da barragem, as maiores possibilidades eram a liquefação e a erosão interna. Ainda no depoimento, o engenheiro disse que foram apresentados os resultados ao comitê de riscos, comandado pelo diretor executivo, Luciano Siani.

Outro funcionário da Vale que está preso é o gerente executivo Alexandre Campanha. Ele confirmou que Silmar Silva e Lúcio Cavalli participaram do painel e que acredita que os relatórios finais eram encaminhados para Cavalli e diretores operacionais.

Em depoimento, Joaquim Toledo, gerente da Vale que também está preso, afirmou que em 2018 reportou a Silmar Silva sobre a barragem B1, referente à instalação de um dispositivo: o DHP (drenos horizontais profundos).

A força tarefa que investiga o caso afirma que a Vale tentou acelerar o processo de drenagem instalando os DHP's. Ainda segundo a investigação, a tarefa foi abortada na instalação do décimo quinto tubo porque os técnicos perceberam que a água estava ficando presa dentro do maciço, em vez de retornar pela abertura.

Autoridades apuraram que havia nascentes acima da barragem e isso pode ter contribuído para gerar a saturação. Segundo os investigadores, equipamentos acusaram volume de água acima do normal.

A Vale declarou que a diretoria está colaborando com as autoridades para esclarecer as causas do rompimento e que a presunção de culpa não pode decorrer apenas do posto que um executivo ocupa na empresa. Além disso, pediu os habeas corpus para os diretores e que os depoimentos dos funcionários não indiquem que a Vale soubesse previamente de um cenário de risco iminente na barragem. (Do G1)

VEÍCULO: O Globo

Data: 27/02/2019

Seção: Economia

Autor: RAMONA ORDONEZ E LUÍS LIMA

Título: Petrobras fará novo plano de demissão voluntária

Em reunião, gerente de Recursos Humanos indica que a estatal pode reduzir pessoal com fechamento de sede em São Paulo. Presidente da empresa, Castello Branco, diz em vídeo que não pretende fazer cortes

RIO E SÃO PAULO- A Petrobras vai lançar um programa de demissão voluntária dois anos depois da última iniciativa nesse sentido para reduzir seu quadro de pessoal. A estatal informou na noite de ontem que vai abrir um Programa de Desligamento Voluntário e um Programa de Desligamento por Acordo Individual. Segundo a empresa, o objetivo é reduzir custos, mas não há ainda detalhes ou cronogramas definidos.

Atualmente a Petrobras e suas subsidiárias contam com cerca de 62 mil empregados, dos quais 47,5 mil lotados na controladora. A companhia, que viu suas finanças se deteriorarem desde a revelação de esquemas de corrupção pela Operação Lava-Jato, tenta reduzir seu alto endividamento.

Também no plano de redução de gastos determinado pelo presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, a estatal também confirmou a desocupação, até junho, dos sete andares alugados pela Petrobras, na Avenida Paulista, um dos endereços mais valorizados de São Paulo. A informação foi adiantada pelo colunista do GLOBO Lauro Jardim. O escritório é o mais caro mantido hoje pela Petrobras. Sua desocupação representa uma economia superior a R\$ 100 milhões no horizonte até 2023, informou a companhia.

Estudos estão em curso para determinar que atividades realmente precisam permanecer na capital paulista e quais podem ser realocadas em outros imóveis da companhia, como a sede da unidade operacional da Bacia de Santos, refinarias ou mesmo a sede, no Rio de Janeiro.

SINDICATOS PREOCUPADOS

Embora Castello Branco tenha divulgado internamente um vídeo para dizer que não pretende promover demissões com o fechamento das instalações da Paulista, o anúncio feito aos 800 funcionários que atuam ali, entre terceirizados e próprios, levantou esse temor. Em reunião tensa e a portas fechadas na sede paulista segunda-feira, o gerente executivo de Recursos Humanos, Claudio Costa, indicou que a estatal demitirá quem não for realocado.

“Não dá para absorver todo mundo. Algumas pessoas não ficarão na companhia. Dá para absorver todo mundo que aqui está? Não. Algumas pessoas não ficarão”, disse Costa, segundo uma gravação revelada pelo site da revista Época. De acordo com um funcionário, o clima era de nervosismo e indignação. Participantes deixavam aos prantos a sala antes do término da reunião.

O executivo disse aos funcionários que ficará em São Paulo apenas o que é “essencial e ultra necessário para a performance da companhia” “Talvez muitos de vocês não permaneçam na companhia nos próximos ciclos de suas vidas, pessoais e profissionais”, reforçou. O executivo ainda citou que uma das possibilidades para os remanescentes será o trabalho em bases de coworking, “com um custo menor” do que os sete andares ocupados na Avenida Paulista.

Apesar de admitidos por concurso, os funcionários próprios da Petrobras podem ser demitidos porque são contratados em regime celetista. Essa possibilidade, em sociedade de economia mista e empresa pública como a Petrobras, está consolidada por jurisprudência da Justiça do Trabalho.

No vídeo divulgado aos funcionários, Castello Branco afirmou que não tem a intenção de demitir nenhum empregado e que os cerca de 655 funcionários próprios do escritório em São Paulo serão direcionados para outros lugares de

custo mais baixo. O presidente explicou que, em sua maioria são funcionários de áreas administrativas e de tecnologia da informação.

—Mas essas pessoas não vão ser redirecionadas para refinarias. O pessoal administrativo não vai trabalhar dentro de uma refinaria, vão para um local de custo mais baixo para redução do custo da Petrobras. Nós não temos a intenção, a priori, de demitir ninguém. E estamos estudando um programa incentivado de demissão voluntária, que ainda não foi aprovado pela diretoria executiva—ressaltou.

José Maria Rangel, coordenador da Federação Única dos Petroleiros (FUP), que reúne 13 sindicatos da categoria no país, disse que, em reunião com representantes da Petrobras na última segunda-feira, a companhia garantiu que não haveria demissão em massa. Segundo Rangel, a estatal está ainda analisando as atividades que ocupam os sete andares na Paulista para planejar a realocação.

De qualquer forma, os dirigentes sindicais ficaram preocupados com as declarações do gerente Recursos Humanos na reunião com funcionários. Arthur Ragusa, diretor do Sindipetro-SP e da FUP, disse que também foi surpreendido com a notícia das declarações de Costa. Ele contou ter recebido relatos de “um clima de terror entre os trabalhadores”.

VEÍCULO: O Globo

Data: 27/02/2019

Seção: Economia

Autor: MANOEL VENTURA

Título: Aneel propõe aumento do valor de taxas extras na conta de luz

BRASÍLIA- A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) propôs ontem aumentar os valores da taxa extra cobrada nas contas de luz quando bandeiras tarifárias, acionadas conforme o nível de água dos reservatórios de hidrelétricas, estiverem em vigor. O adicional é cobrado a cada 100 quilowatts-hora (kWh) consumidos. Pelos novos valores propostos, a bandeira amarela passará de R\$ 1,00 para R\$ 1,50 a cada 100 kWh. Já a bandeira vermelha 1 sobe de R\$ 3.00 para R\$ 3,50 e a 2, de R\$ 5.00 para R\$ 6,00.

Na bandeira verde não há cobrança extra porque ela significa custo de geração baixo, coberto pela tarifa regular das distribuidoras.

A proposta ainda será submetida a consulta pública entre 27 de fevereiro e 1º de abril. Os valores sugeridos pela área técnica da agência ainda podem ser alterados.

Entre os motivos para o aumento, segundo a Aneel, estão a atualização dos valores pela inflação e o período chuvoso ruim nas áreas de reservatórios em 2018.

SISTEMA FOI CRIADO EM 2015

O sistema de bandeiras tarifárias foi criado em 2015 pela Aneel como forma de recompor os gastos extras com a utilização de energia gerada por meio de usinas térmicas, que é mais cara que a de hidrelétricas. A cor da bandeira é impressa na conta, indicando o custo da energia em função das condições de geração.

Quando chove menos, por exemplo, os reservatórios das hidrelétricas ficam mais vazios e é preciso acionar mais térmicas para garantir o suprimento de energia no país. Nesse caso, a bandeira fica amarela ou vermelha, de acordo com o custo de operação das termelétricas acionadas.

Antes do sistema de bandeiras, o custo da geração de energia mais cara já era cobrado do consumidor, mas com um ano de atraso. O sistema instituiu a cobrança mensal do valor e a possibilidade de avisar os consumidores que o custo da energia está mais caro, permitindo que eles reduzam o consumo.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 27/02/2019

Seção: Cidades

Autor: Ana Viriato

Título: Ponte no Paranoá será opção à Barragem

Proposta abordada nos corredores do Palácio do Buriti pelo menos desde 2015, a construção de uma ponte sobre o Lago Paranoá voltou à pauta. A empresa JC Gontijo manifestou ao governador Ibaneis Rocha (MDB) interesse em firmar uma parceria público-privada (PPP) para a instalação do trecho, que ligaria a Estrada Parque do Contorno e a Estrada Parque Dom Bosco. A perspectiva é de que a via seja uma alternativa à Barragem do Paranoá para o tráfego de veículos — em fevereiro, o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) ajuizou uma ação civil pública para barrar o trânsito de automóveis na região.

Apesar da ofensiva dos promotores, o Executivo local garante a segurança da pista localizada sobre a barragem, construída apenas para permitir a manutenção da usina hidrelétrica, e não pretende interditá-la totalmente. Ainda assim, avalia embarcar no projeto. “É uma barragem segura, o que está atestado por todos os laudos. Mas, mesmo assim, a viabilidade do transporte é muito difícil, porque só temos duas vias. Nós temos um trânsito muito grande e, em caso de acidente, você fecha toda região”, pontuou Ibaneis. A nova ponte

ficaria em paralelo e próxima à barragem. Acima ou abaixo, a depender dos estudos e custos da obra.

O chefe do Buriti frisou não ter definido o modelo de concorrência ou de financiamento da obra, tampouco o valor da intervenção. O emedebista levantou a possibilidade de o projeto ser concretizado por meio de uma PPP ou de financiamentos internacionais. “Estamos tentando liberar o DF para esses financiamentos e vamos ver qual é a melhor modelagem para essa obra. Várias agências nos procuraram, como o Banco de Desenvolvimento da China, a Agência de Desenvolvimento Francesa. Todos eles têm se colocado à disposição para esses projetos, principalmente na área de infraestrutura”, detalhou.

O diretor presidente do Departamento de Estradas de Rodagem (DER/DF), Fauzi Nacfur, frisou a importância da intervenção. Em 7 de fevereiro, ele havia anunciado que o órgão conduzia estudos para iniciar o projeto de implementação da ponte ainda em 2019. “A via que passa pela Barragem do Paranoá tem uma faixa de cada lado. A capacidade dessa pista não comporta mais os 26 mil a 30 mil veículos que passam por lá diariamente. Além disso, uma nova ponte daria mais segurança viária, porque a usada hoje tem relevos dos dois lados”, argumentou. Apesar de atestar a estabilidade da estrutura, o governo determinou a proibição do tráfego de caminhões na pista, que passa a valer na sexta-feira.

A possibilidade de construção de uma ponte sobre o Lago Paranoá não é novidade. Em 2015, na gestão de Rodrigo Rollemberg (PSB), o DER/DF anunciou a intenção de tocar o projeto. O modelo da pista e o local exato seriam escolhidos por meio de um concurso nacional promovido pelo governo, em parceria com o Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB-DF). A proposta, entretanto, não saiu do papel.

MME / ASCOM .